

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 10



SANTIAGO DE COMPOSTELA
2008

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. A sua sede se localiza-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos directivos são a Assembleia Geral dos sócios, um Conselho Directivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. O seu património é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceites pelo Conselho Directivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembleia Geral.

Conselho Directivo

Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
eliasjose.torres@usc.es

1.ª Vice-Presidente: Cristina Robalo Cordeiro, Univ. de Coimbra
cristinacordeiro@hotmail.com

2.ª Vice-Presidente: Regina Zilberman, UFRGS; FAPA; CNPQ
regina.zilberman@gmail.com

Secretária-Geral: M. Carmen Villarino Pardo
carmen.villarino@usc.es

Vogais: Anna Maria Kalewska (Univ. de Varsóvia); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Claudius Armbruster (Univ. Colónia); Helena Rebelo (Univ. da Madeira); Mirella Márcia Longo Vieira de Lima (Univ. Federal da Bahia); Onésimo Teotónio de Almeida (Univ. Brown); Petar Petrov (Univ. Algarve); Raquel Bello Vázquez (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro); Thomas Earle (Univ. Oxford).

Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Isabel Pires de Lima (Univ. Porto); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense).

Associe-se pela *homepage* da AIL:

www.lusitanistasail.net

Informações pelos *e-mails*:

ailusit@ci.uc.pt

Veredas

Revista de publicação semestral

Volume 10 – Dezembro de 2008

Director:

Regina Zilberman

Director Executivo:

Benjamin Abdala Junior

Conselho Redactorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. Por inerência: Anna Maria Kalewska, Claudius Armbruster, Cristina Robalo Cordeiro, Elias J. Torres Feijó, Fátima Viegas Brauer-Figueiredo, Helena Rebelo, Isabel Pires de Lima, Laura Cavalcante Padilha, M. Carmen Villarino Pardo, Mirella Márcia Longo Vieira de Lima, Onésimo Teotónio de Almeida, Petar Petrov, Raquel Bello Vázquez, Sebastião Tavares de Pinho, Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Thomas Earle.

Redacção:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas
Endereço eletrónico: ailusit@ci.uc.pt

Realização:

Coordenação: Elias J. Torres Feijó
Revisão: Laura Blanco de la Barrera
Desenho da Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

Unidixital, Santiago de Compostela, Galiza
ISSN 0874-5102

SUMÁRIO

EDITORIAL	07
APRESENTAÇÃO	09
ANNA KLOBUCKA Sobre a hipótese de uma <i>herstory</i> da literatura portuguesa	13
ARTURO CASAS Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even- Zohar	27
BENJAMIN ABDALA JUNIOR História da literatura brasileira, de Sílvio Romero.....	57
FERNANDO CABO ASEGUINOLAZA Literaturas regionais e História Literária. Perspectivas comparatistas	87
JOSÉ LUÍS JOBIM A História da Literatura e as trocas e transferências literárias e culturais	105
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO Um desafio a partir do sul –reescrever as histórias da literatura?	117
MARIA DE FÁTIMA MARINHO A construção da memória.....	135
MARIA EUNICE MOREIRA Olhar de Juan Valera: Literatura e cultura na capital do Império Brasileiro no Século XIX	149

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA E LEONOR SIMAS-ALMEIDA	
Cânone, cânones em reflexões dialogadas	165
PAULO MOTTA OLIVEIRA	
A ascensão do romance em português: para além das histórias literárias nacionais	173
PEDRO SERRA	
Transições & passagens. Figuras de uma crítica cultural da razão histórica peninsular	183
RAQUEL BELLO VÁZQUEZ	
A História da Literatura e algumas novas técnicas de estudo. A autonomia da disciplina em causa	253
REGINA ZILBERMAN	
Historicidade e materialidade da literatura	269
VANDA ANASTÁCIO	
Pensar para além das etiquetas	287
ZAHIDÉ LUPINACCI MUZART	
Sob o signo do gótico: O romance feminino no Brasil, século XIX	295
OS/AS AUTORES/AS	309

EDITORIAL

Na Assembleia Geral da AIL, celebrada no Funchal com motivo do IX Congresso da Associação, foi eleita uma nova direcção, que é a transcrita neste número. Por razões operativas e atendendo ao desejo do Prof. Benjamin Abdala Júnior de cessar sua responsabilidade como director executivo da revista, o Presidente nomeou a Profa. Raquel Bello Vázquez, da Universidade de Santiago de Compostela, como Directora executiva da revista *Veredas*, comunicada a toda a Direcção e vogais na reunião celebrada na Universidade do Algarve em 26 de Janeiro de 2009. Em atenção ao facto de os números 10 e 11 da revista, correspondentes a Dezembro de 2008 e Maio de 2009 respectivamente, estarem prontos durante o período em que a Profa. Regina Zilberman foi Presidente da AIL e directora da revista e o Prof. Benjamin Abdala Júnior director executivo, os seus nomes aparecem como tais nos referidos números. A direcção da revista agradece sincera e vivamente o seu magnífico labor à frente da nossa publicação. E igualmente agradece à Profa. Raquel Bello Vázquez a sua dedicação desde o primeiro dia na preparação da edição e distribuição destes números e na planificação do futuro da *Veredas*.

APRESENTAÇÃO

A revista *Veredas* convoca neste número uma reflexão colectiva sobre a historiografia literária, disciplina regrada já antiga que, nos seus perto de 150 anos de história (para o caso português, podemos tomar como ponto de referência 1860, data do preenchimento por António Pedro Lopes de Mendonça da primeira vaga de Literatura Moderna no Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa), tem sido objecto de algumas reformulações mas talvez nenhuma da importância das que começaram a ser geradas nos finais do século passado.

Os consideráveis avanços metodológicos produzidos nos últimos 30 anos, com a incorporação de elementos de análise de disciplinas como a sociologia, a estatística, a ciência política, a economia, etc. e com a definitiva formulação da Literatura como mais um dos processos culturais, entendidos, por sua vez, como processos sociais, mostram de forma cada vez mais acusada a distância que se abre entre as formulações teóricas e as aplicações práticas.

A posta em questão das funções da literatura, das funções do seu ensino, o mesmo questionamento da pertinência do uso de um cânone literário (ou a pertinência da sua existência mesma) provocou também um ataque, desde diferentes ângulos, à própria ideia da História Literária, tal e como a conhecíamos, centrada na sucessão de autores e obras –nuns casos essa sucessão mais adornada de “contexto”, noutros menos-, mas sem mudanças substanciais quanto à sua concepção. A isto há que acrescentar ainda novas propostas de geografia literária, que focam a importância de um novo eixo, o espacial, para a análise da produção cultural, âmbito este no qual se estão a produzir alguns dos debates mais inflamados dos últimos tempos.

Como transferir as inovações teórico-metodológicas para a Historiografia Literária e as suas aplicações (as didácticas, por

exemplo), como combinar a visão temporal da Historiografia com as novas achegas espaciais, em que medida os avanços metodológicos no sentido de estudar a literatura como mais um processo social afectam as dimensões do campo que delimitamos para os nossos estudos... Estes são apenas alguns dos desafios que a investigação recente tem colocado sobre a mesa da História da Literatura.

É neste estado de cousas, que se faz necessária uma reflexão da perspectiva da lusitanística sobre quais são as possíveis vias de redefinição da História da Literatura. Muitos dos estudiosos reunidos neste número têm reflectido sobre estes assuntos em trabalhos individuais, mas a revista *Veredas*, na sua vontade de ser um referente para as Ciências Humanas do âmbito da Lusofonia, não podia ficar à margem deste debate.

No presente número contamos com as reflexões de especialistas de diferentes espaços geográficos e também com diferentes áreas de especialização, que propõem focagens mais teóricas ou mais de caso, em função dos seus diferentes interesses investigadores, mas todas elas pondo em questão a sobrevivência de um modelo de historiografia literária definitivamente superado, julgo que definitivamente.

O artigo de Regina Zilberman pode funcionar de quadro referencial para esta reflexão, já que nos coloca precisamente frente à própria evolução da historicidade da disciplina literária. Ao lado deste, o trabalho de Arturo Casas servirá para focar metodologicamente a questão a partir de um dos quadros teóricos de maior sucesso nos últimos anos, as formulações sistémicas de Itamar Even-Zohar, aplicadas à Historiografia Literária.

Bejamin Abdala Júnior, por seu turno, faz uma revisão crítica da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero à luz, precisamente, das chaves políticas, ideológicas e sociais do Brasil da década de 60, dando especial destaque a como as questões relativas com a mestiçagem e a hibridação foram assumidas pela historiografia literária.

Na linha da análise desta historiografia encontra-se também o texto de Raquel Bello Vázquez, que propõe uma revisão teórica geral sobre esta questão tendo presentes os avanços metodológicos produzidos nas últimas décadas. E as histórias da literatura aparecem também em questão no trabalho de José Luís Jobim, que foca a ausência do fenómeno da transferência, o que provoca graves erros de análise nas relações entre diferentes espaços culturais. Isto faz-se especialmente patente através do caso escolhido, as relações entre os espaços europeus e as suas ex-colónias latino-americanas.

Um grupo de trabalhos trazem-nos os desafios colocados às aparentemente pacíficas cronologias das literaturas nacionais europeias tanto pelas literaturas que emergem dentro das próprias fronteiras dos estados-nação europeus, como o texto de Fernando Cabo Aseguinolaza, que trata, do ponto de vista do comparatismo, as relações, neste caso, as literaturas “regionais” e a Histórias da Literatura, como pelas literaturas surgidas em antigas colónias que só conseguiram a sua independência no séc. XX. É o caso de Margarida Calafate Ribeiro e o seu estudo sobre as literaturas africanas de língua portuguesa.

Numa linha também comparatista, inscreve-se o texto de Pedro Serra, centrado nas relações entre os dous estados ibéricos nos processos de “transição” e “revolução” das décadas de 70.

Mas há outros desafios para a história da literatura, além dos geográficos. Assim, apresentamos neste número alguns trabalhos que focam, através do estudo de algum género literário específico, os espaços de indefinição da Historiografia tradicional. É o caso do artigo de Fátima Marinho sobre as relações entre História e Literatura, através, particularmente, do romance histórico e a função desenvolvida neste pela memória, ou do de Paulo Motta Oliveira, que foca os desencontros entre a cronologia do romance português de Oitocentos e a cronologia assumida para outros sistemas literários.

Há, como é bem conhecido, um outro ângulo de crítica, talvez dos mais sucedidos quanto à sua repercussão social, que é o que procede da análise de género e da crítica feminista. Este é o que

nos oferece Anna Klobucka, que estuda a possível aplicação do conceito *herstory* à literatura portuguesa.

Pegando em elementos do convívio difícil ou impossível entre as cronologias dos diferentes espaços de produção, e também no interesse por constituir uma tradição literária feminina, está o trabalho de Zahidé Lupinacci Muzart, que escolhe o romance brasileiro escrito por mulheres como o seu caso de estudo.

O desvendamento dos processos de formação de sistemas literários nacionais e as relações destes processos com os da própria conformação da nação, são focados no trabalho de Maria Eunice Moreira, inscrevendo-se noutro dos elementos que têm fundamentado a crítica contra a Historiografia literária: a sua vinculação não expressa nem reconhecida com o sustentamento político e identitário das nações. Numa linha similar, encontra-se o trabalho de Onésimo Teotónio de Almeida e de Leonor Simas-Almeida, que nos oferece uma reflexão sobre o cânone na literatura portuguesa em confronto com as discussões tão vivas e persistentes que se têm produzido no espaço norte-americano.

Finalmente, podemos encontrar nestas *Veredas* outra via de ataque a alguma historiografia tradicional, que é a do modo em que as etiquetas para definir os géneros, os períodos, as cronologias, etc. são escolhidas e utilizadas. Estas, como evidencia Vanda Anastácio, servem mais para ocultar do que para analisar os processos sociais e culturais que correm em paralelo à produção literária.

Todos estes contributos serão, com certeza, mais do que conclusões, inícios de debates frutíferos em colóquios, congressos, departamentos universitários e futuros números desta e doutras revistas, e é com essa finalidade que são aqui trazidos: para pôr em conjunto trabalhos muito diferentes, mas que têm similares objectivos, e para levantar discussões novas sobre assuntos que levam entre nós já alguns tempos.

Elias J. Torres Feijó
Universidade de Santiago de Compostela

Sobre a hipótese de uma *herstory* da literatura portuguesa

ANNA KLOBUCKA

University of Massachusetts Dartmouth, EUA

The teleological and emancipatory premises of the narrative model that structured nineteenth-century national literary histories and has remained influential to the present day have been challenged, in recent decades, by theorists suspicious of that model's identitarian and developmental claims. Feminist literary histories of women's writing have responded to this challenge by evoking "the central paradox of feminism: it does its work even as it recognizes the instability and potential impossibility of its subject" (Erkkilä 1992, 4). I argue in this brief article that a putative *herstory* of Portuguese literature is uniquely well positioned to take advantage of the poststructuralist questioning and reinvention of the literary-historical genre, precisely because it appears to lack conditions for the production of a traditionally designed history of the Portuguese women's writing. Another important advantage of the Portuguese cultural context is the theoretical and methodological blueprint provided, for this and many other feminist endeavors, by *Novas Cartas Portuguesas* (1972) by Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa and Maria Teresa Horta.

A consciência da esperança inerente no passado e o reconhecimento correlato do conformismo que incessantemente ameaça imobilizar o futuro da tradição, noções relevadas por Walter Benjamin nas "Teses sobre a Filosofia da História" (1969: 255), têm sido subjacentes aos trabalhos da crítica feminista e, muito particu-

larmente, da sua vertente histórico-literária. Tal como o projecto global de investigação histórica baptizado em inglês com o rótulo, eloquente e intraduzível, de *herstory*, a história literária feminista abrange a recolha de informações e a formulação de questionamentos sobre o protagonismo de mulheres no campo da produção cultural; a revisão do conhecimento histórico institucionalizado à luz de programas de investigação que legitimam a ênfase no género sexual como o filtro epistemológico decisivamente relevante; e a desconstrução e reterritorialização das macro-narrativas identitárias com o objectivo político da renegociação global do contrato social e simbólico que tem regido as relações entre os sexos.¹ Os vectores e os produtos desta polifacetada agenda crítica entram, por sua vez, numa relação de tensão com os desafios surgidos, também durante as últimas décadas, no campo da teoria crítica e, especialmente, da teoria da história literária. O modelo narrativo e teleológico, de cunho emancipatório, seguido explícita ou implicitamente pelas realizações canónicas da escrita histórico-literária feminista reflecte, *mutatis mutandis*, os pressupostos e (prospectivamente) os efeitos identitários do processo da constituição das histórias literárias nacionais desde os inícios do século dezanove.² Enquanto tal, torna-se vulnerável às críticas como a de Stephen Greenblatt ao observar que o padrão nacionalista da história literária, embora minado na sua a-

¹ Em relação à área disciplinar global da história de mulheres, o capítulo “Women’s History” em Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History* (edição revista; New York: Columbia University Press, 1999) oferece um resumo sucinto, abundantemente ilustrado com referências bibliográficas, da investigação desenvolvida neste campo desde os anos setenta do século vinte. Em português, veja-se o artigo de Gisela Bock, “História, História das Mulheres, História do Género”, *Penélope* 4 (Nov. 1989), 157-87. Ana Paula Ferreira propõe uma tradução de *herstory* (literalmente, “história dela”, por oposição a *history* que seria “história dele”) no trabalho em que considera “a emergência de uma história-mulher” (12) no romance *Ora esguardae* de Olga Gonçalves.

² Por “realizações canónicas da escrita histórico-literária feminista” entendo sobretudo tais obras fundacionais da crítica literária feminista anglo-americana como *A Literature of Their Own* (1977) de Elaine Showalter e *The Madwoman in the Attic* (1979) de Sandra M. Gilbert e Susan Gubar, junto com vários outros estudos que empreendem a construção de uma tradição literária feminina, surgidos sobretudo nos anos oitenta, em inglês (embora visando por vezes objectos de investigação não-anglófonos), na esteira daqueles ensaios pioneiros. Arriscarei a afirmação de que, não obstante a expansão progressiva da investigação histórico-literária feminista em outras áreas linguísticas e culturais, é este o único conjunto coerente de publicações a que se pode atribuir a designação –hoje em dia já um tanto desvanecida– de um modelo propriamente canónico (isto é, detentor de autoridade institucionalizada e legitimador enquanto referência).

cepção original tanto pela crítica filosófica e ideológica das suas premissas como pelos avanços da globalização,

is not at all disappearing; rather it has migrated from the center to what was at one time the periphery where it is now flourishing. (...) What we are witnessing is the pragmatic, highly strategic appropriation of the national model of literary history—with its teleological, developmental narrative of progress—in order to confer authority upon an emergent group. (54-55)

O “grupo emergente” de Greenblatt é constituído, no caso, pelas literaturas latino-americanas pós-coloniais (a referência específica é *The Cambridge History of Latin American Literature*, 1996, organizada por Roberto González Echevarría e Enrique Pupo-Walker), mas o fenómeno da re-inscrição dos padrões fundacionais da história literária, vinculados à consolidação do nacionalismo cultural (e, segundo Greenblatt, fatalmente maculados por esta descendência), estende-se de forma ao mesmo tempo geral e diversificada a «those writing the new literary histories based on race, gender, sexual choice, or any number of other identitarian categories» (Hutcheon, 2002: 3). David Perkins fundamenta a equiparação entre as «histories of regions, social classes, women, ethnic groups, and so on» e as histórias literárias nacionais oitocentistas, enumerando as suas características comuns:

They assert that the group in question has a literary tradition and that the works in it are valuable. Thus, in the strife of cultural politics, they confer cultural importance on the social group. They create a sense of continuity between past members of the group and present ones and, by describing a shared past, reinforce the sense of community in the present. They define the identity of the group in a certain way in opposition to other definitions of this contested concept. (181)

Respondendo a estes e outros diagnósticos e preocupadas em afastar potenciais acusações de “ingenuidade histórico-teórica” ou “nostalgia conservadora” (Hutcheon, 2002: 15), as narrativas históricas da tradição literária feminina que continuam a ser escritas e publicadas têm procurado manter a precária aliança entre a credi-

bilidade do seu enquadramento conceptual e ideológico e a eficácia política dos seus resultados através da cultivação auto-consciente e vigilante daquilo que tem vindo a ser reconhecido como o “paradoxo central do feminismo”. Peço emprestada esta expressão a Betsy Erkkila que, nas páginas iniciais do seu *The Wicked Sisters: Women Poets, Literary History & Discord* (1992), propõe «a model of women’s literary history that engages the central paradox of feminism: it does its work even as it recognizes the instability and potential impossibility of its subject» (1992: 4). As exigências da acção política feminista parecem impor a aderência –posto que qualificada como provisória, estratégica ou *sur rasure*– aos modelos da investigação e escrita histórico-literária alicerçados nas noções de continuidade, comunidade e, sobretudo, progresso e consolidação emancipatória. De acordo com Linda Hutcheon,

through the very structure of this kind of literary history, [feminist historians] can embody the progressivist intentions of their political agendas. Their scholarly work is designed to identify, reevaluate and then institutionalize a usable past—usable, that is, for the future, for interventionist rather than purely conservationist (or, for that matter, conservative) purposes. (p. 11)

Consequentemente, ao mesmo tempo que defende o desmantelamento das “narrativas exclusivistas e singulares da identidade contínua”, cujo poder descritivo e ideológico perde a legitimidade em confronto com “as realidades demográficas desterritorializadas dos nossos tempos” (2002: 3), Hutcheon acaba por concluir a sua análise com uma narrativa metahistórica de cunho precisamente evolutivo e emancipatório: «Such a familiar bedrock narrative of development, one that historically guarantees a sense of cultural legitimacy, may have to be laid down first, before competing, correcting, or even counterdiscursive narratives can be articulated» (2002: 13).³ Por outras palavras, o modelo do desenvolvimento te-

³ Valerá a pena lembrar neste ponto que o argumento evocado por Hutcheon –é preciso atender às prioridades– não tem sido aplicado unicamente à discussão da problemática histórico-literária dentro do campo intelectual feminista. Para dar apenas um exemplo, cite-se a réplica de Nancy K. Miller à celebrada crítica a que Michel Foucault submetera a noção de autoria (“Qu’est-ce qu’un auteur?”, 1969): “What matter who is speaking? I would answer it matters, for example, to women who have lost and still

leológico, deslegitimado enquanto padrão do pensamento histórico-literário, continuaria válido a nível metateórico, com os “grupos emergentes” a seguirem nos passos epistemológicos (afinal de eficácia política comprovada) dos protagonistas históricos contra cuja dominação consagrada se insurgem.⁴

Qual será a pertinência das considerações resumidas acima para o hipotético projecto da articulação de uma tradição literária feminina no contexto português? Em primeiro lugar, observe-se que os modelos da epistemologia histórico-literária feminista que constituem o âmbito referencial das citadas interrogações teóricas e ideológicas se adequam particularmente mal –dada a sua ênfase na identificação e narrativização diacrónica de um repertório relativamente robusto (posto que historicamente negligenciado) das obras de autoria feminina– ao campo da produção literária em Portugal desde a Idade Média até aos inícios do século vinte. A masculinidade normativa do sujeito da escrita figura neste campo como uma circunstância avassaladora, sendo legitimada e reforçada pela ausência absoluta ou, no melhor dos casos, escassez marcada de mulheres escritoras, portadoras potenciais de contra-discursos enraizados numa postura diferencial em relação ao discurso masculino dominante. No livro de Isabel Allegro de Magalhães *O Tempo das Mulheres* (1987), que foi na altura da sua publicação uma proposta pioneira de formulação de uma poética da autoria feminina na ficção portuguesa contemporânea, a constatação desta ausência torna-se praticamente um *Leitmotiv* da parte introdutória do estudo, dedicada a identificar «os antecedentes da actual posição feminina dentro das letras portuguesas» (Magalhães, 1987: 103). Assim, a Idade Média não legou «a obra literária de nenhuma daquelas mulheres poetisas e rainhas que ilustram a literatura medieval doutros países»

routinely lose their proper name in marriage, and whose signature –not merely their voice– has not been worth the paper it was written on; women for whom the signature –by virtue of its power in the world of circulation– is *not* immaterial. Only those who have it can play with not having it” (75; sublinhado original).

⁴ Greenblatt denuncia vivamente “o risco de oportunismo cínico” inerente nesta concessão: “How is it possible to keep this defense from becoming an apology –for the most corrosive and ultimately self-defeating cynicism? It is one thing to celebrate powerful literary achievements and to understand how new work can build upon the work of the past; it is quite another thing to endorse a theory of evolutionary progress or steady, organic development that one knows is bankrupt” (58).

(1987: 103); se no século XVI «surgem, embora em número muito reduzido, alguns escritos de mulheres» (1987: 131), já no século seguinte se verifica, de novo, «uma aparente ausência das mulheres na vida cultural do país» (1987: 145). Também a época das Luzes portuguesa não reflectiu, neste sentido, a importante influência cultural feminina que se registava contemporaneamente em França ou em Inglaterra; nem o século XIX parece «ter tido em Portugal mulheres como as que outros lugares da Europa viram crescer» (1987: 171). Se, como repetidamente sugere a própria autora, tal imagem negativa pode derivar, em certa medida, de uma negligência secular por parte do discurso canónico da história literária, não deixa de ser verdade que ela contribui para o estabelecimento de um padrão difícil de ignorar, tanto no plano histórico como no simbólico.⁵ Este padrão, por sua vez, cria condições muito específicas para a emergência em massa do fenómeno da autoria feminina a partir das primeiras décadas do século vinte. Por comparação com outros países europeus, como sustenta Graça Abranches,

na cultura portuguesa foi muito mais profundo e prolongado o mutismo cultural que lhes [às mulheres] foi imposto e mais absolutista o domínio de um texto social masculino, monológico e homosocial. Este contexto determinou uma compressão/aceleração histórica do processo de acesso das mulheres à posição de sujeitos loquentes e representantes (os caminhos e os atalhos paralelos desse desaprender a não falar galgariam em poucas décadas o que em outras culturas se mediu em séculos) e marcou de vários modos a produção literária das mulheres portuguesas ao longo destes anos e sua recepção por parte da crítica. (p. 2)

⁵ O importante estudo recente de Chatarina Edfeldt sobre as representações da autoria feminina no discurso da história literária portuguesa do século vinte questiona de forma muito vigorosa a naturalização deste saber recebido, defendendo o argumento, a meu ver inteiramente convincente, de que a sua aceitação pacífica contribui para inviabilizar o prospectivo valor académico de projectos de recuperação arqueológica que tiverem por objecto a escrita feminina nas décadas e nos séculos anteriores aos meados do século passado. Para uma apresentação eloquente de um programa de investigação que visa a escrita de autoria feminina no barroco português, ver Anabela Galhardo Couto, “Literatura de autoria feminina: um património da palavra a reinventar”, em Zília Osório de Castro (dir.), António Ferreira de Sousa e Marília Favinha (orgs.), *Falar de Mulheres: Da Igualdade à Paridade* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003), 43-52.

A tradição multissecular de a autoria literária ser largamente sinónima com a autoria masculina é, portanto, um dado inelidível no contexto cultural português, tornando fundamentalmente inviável a construção de macro-narrativas evolutivas da tradição da escrita feminina antes do século vinte (sem inviabilizar, contudo, como quero deixar bem claro, outras formas de investigação histórica do protagonismo cultural e literário feminino). Esta presumível deficiência pode, entretanto, converter-se numa oportunidade fértil se atendermos às alternativas mais recentemente propostas aos modelos fundacionais da história literária, e que rejeitam as suas premissas de continuidade genealógica (patriarcal) e territorial (nacionalista ou regionalista). Inspiradas na transversalidade programática dos estudos comparatistas e no questionamento epistemológico pós-moderno, as realizações concretas de tais modelos alternativos incluem, por exemplo, a muito comentada *New History of French Literature*, organizada por Denis Hollier, uma colagem fragmentária de pequenos ensaios, dispostos cronologicamente, mas sem qualquer pretensão periodológica, genológica ou evolutiva.⁶ Uma hipótese estruturante distinta é representada pela *Comparative History of East-Central European Cultures* que apresenta a informação histórica à base de uma grelha “nodal” de pontos de convergência entre várias culturas étnicas (os pontos nodais podendo coincidir com cidades como Gdansk/Danzig, pessoas como Franz Kafka, rios como o Danúbio, etc.) (Hutcheon, 2002: 8).⁷ Estas e outras propostas recentes da renovação da escrita histórico-literária constituem, a meu ver, repositórios muito úteis de inspiração para uma prospectiva história do protagonismo literário das mulheres no contexto português. Ao mesmo tempo, urge reconhecermos a importância crucial que para tal projecto poderá ter a dimensão “metodológica” (Owen, 1995: 190) das sempre pertinentes *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da

⁶ Cambridge: Harvard University Press, 1989. Veja-se os comentários –em ambos os casos críticos, embora em sentidos e com conclusões diferentes– sobre a *New History* de Hollier em Perkins 57-59 e Greenblatt 59-60.

⁷ A versão definitiva deste projecto (organizada por Marcel Cornis-Pope e John Neubauer), mantendo embora a intenção revisionista e a estrutura “nodal” da apresentação, diverge ligeiramente da descrição apresentada no artigo citado de Linda Hutcheon, inclusivamente no que diz respeito ao título que passou a ser *History of the Literary Cultures of East-Central Europe* (Amsterdam: John Benjamins, 2004-2007).

Costa. Bastará lembrar a maneira originalíssima de que as autoras ficcionalizam a inventada linhagem histórica das descendentes femininas de Mariana Alcoforado através de uma sucessão de *sobrinhas*, filhas de irmãs e também, muito provavelmente, de irmãos, desestabilizando o que em mãos menos ágeis e subtis poderia vir a constituir-se como uma sequência genealógica rigidamente matrilinear, mero reflexo (as)simétrico da linhagem patriarcal.⁸

Outro desafio que é também, simultaneamente, uma oportunidade tem a ver com o aspecto paradoxal da inscrição da diferença sexual no discurso da história literária portuguesa. Este discurso representa uma herança cultural que se autoconstrói como extremamente escassa em mulheres escritoras –ou, de modo mais global, em evidência empírica do protagonismo feminino na produção literária– e, ao mesmo tempo, intensamente apaixonada pelo mito da própria androginia metafísica. Já a lírica medieval galaico-portuguesa –tal como a lemos hoje em dia, através dos múltiplos filtros da tradição editorial e interpretativa que a tem acompanhado ao longo dos séculos– oferece a versão inicial da distribuição das prerrogativas: se o sexo do sujeito representado, ou da persona lírica, pode ser masculino ou feminino (a linha divisória entre os géneros dos falantes coincidindo com a distinção entre os géneros literários de cantiga de amigo e cantiga de amor), o lugar do sujeito representante, ou do poeta, cabe invariavelmente aos homens trovadores.⁹ Por sua vez, este exemplo da organização assimétrica do discurso diferencialmente sexuado que a poesia galaico-portuguesa proporciona não raro tem sido apresentado pela crítica e história literária como uma imagem da simetria perfeita de dois “ponto[s] de

⁸ Para uma análise mais extensa deste aspecto das *Novas Cartas*, remeto para o meu estudo *Mariana Alcoforado: Formação de um Mito Cultural* (150-52).

⁹ As questões suscitadas pela organização e interpretação da poesia medieval galaico-portuguesa (e europeia em geral) em relação à diferenciação sexuada dos discursos líricos apresentam-se demasiado numerosas e complexas para poderem ser aqui consideradas. Como dois exemplos de abordagem crítica revisionista que, coincidindo em desafiar a perspectiva histórico-literária tradicional, oferecem ao mesmo tempo leituras divergentes do protagonismo discursivo feminino na poesia medieval, veja-se Ria Lemaire, *Passions et positions. Contribution à une sémiotique du sujet dans la poésie lyrique médiévale en langues romanes* (Amsterdam: Rodopi, 1988) e Ana Paula Ferreira, “Tell Woman What She Wants: The ‘Cantigas d’Amigo’ as Strategies of Containment”, *Portuguese Studies* 9 (1993), 23-38.

vista sentiment[is]” equivalentes (Saraiva e Lopes, 1996: 48). O apelo utópico da postulada relação igualitária verifica-se tão poderoso que até a autora de *O Tempo das Mulheres* afirma não importar que as cantigas de amigo «sejam obra de homens, uma vez que as mulheres não são apenas a fonte e o público desta poesia, elas não são apenas as suas personagens centrais, mas são ainda o filtro através do qual se olha a vida» (Magalhães, 1987: 108). É semelhante a perspectiva que Maria Graciete Besse, num estudo mais recente, assume ao sustentar que «as cantigas de amigo desenham uma sociedade matriarcal caracterizada pela ausência do Pai ou do Amante, através do ponto de vista dos poetas que observam o mundo com olhos de mulher, revelando um certo conhecimento da psicologia feminina» (Besse, 2001: 16). As evidências históricas da desigualdade entre os homens e as mulheres quanto ao nível de acesso e formas de participação na vida cultural entram, deste modo, numa relação de contradição com a idealizada representação do equilíbrio entre os dois “pontos de vista” ou duas formas de sensibilidade a participarem, de modo não apenas paritário mas até harmoniosamente fundido (no ventriloquismo transexuado ou “andrógino” das cantigas de amigo), na articulação das origens do discurso literário nacional.

Tal contradição não se encontra limitada ao contexto da poesia medieval galaico-portuguesa, sendo embora nesta que se possa procurar a sua expressão inicial. Um exemplo eloquente do conflito entre os planos histórico e simbólico da categorização sexualmente diferenciada do discurso literário é proporcionado pela seguinte constatação de Agostinho de Campos no seu prefácio ao livro *Escritoras de Portugal* (1924) de Thereza Leitão de Barros (a história pioneira da literatura de autoria feminina em Portugal): «Direi (...) que do livro *Escritoras de Portugal* ressalta aos meus olhos, com nitidez nova e grande, a tese seguinte: que a literatura portuguesa, essencialmente lírica e, dentro do lirismo, essencialmente amorosa, pode chamar-se (embora exercida quase só por homens até os primórdios do século actual) uma literatura feminil ou mulheril. Penso, é claro, na poesia lírica» (Barros, 1924: I, 9-10). Não obstante o evidente excesso retórico do prefaciador, que reduz as letras portuguesas à poesia lírica para as poder apresentar em seguida como “uma literatura feminil” exercida por homens, a declaração oferece

um reflexo útil da percepção enraizada na consciência cultural portuguesa e para a qual a visão canónica das origens da literatura nacional tem proporcionado um solo fértil. Luciana Stegagno Picchio formulou um diagnóstico particularmente apto da situação, dizendo parecer que «per secoli la letteratura femminile in Portogallo altro non sia stato che una letteratura quale i letterati uomini, portoghesi o no, immaginavano potuto essere una letteratura femminile portoghese se le letterate portoghesi non fossero state donne e cioè, per costituzione e definizione, incapaci di letteratura» (Picchio, 1980: 6-7). Se as mulheres podiam ser consideradas, pura e simplesmente, “incapazes de literatura”, os homens letrados tinham, pelo contrário, razões historicamente consagradas para confiar na própria capacidade de protagonizarem, no discurso literário e não só, uma espécie de polifonia identitária, fazendo-se porta-vozes da experiência humana em toda a sua diversidade, inclusive a de género. Longe de se encontrar excluído do espaço textual da tradição literária portuguesa, o sujeito discursivo feminino manteve nela uma posição importante, desde a lírica medieval, através da narrativa romanesca da *Menina e Moça* e epistolográfica das *Cartas Portuguesas*, até à aventura efémera, mas no contexto claramente significativa, de Violante de Cysneiros, colaboradora inventada do grupo de *Orpheu*. Importa notar que todos estes casos da dramatização do protagonismo literário feminino viriam a adquirir uma relevância histórica que ultrapassa os limites do significado que teriam tido no tempo e no lugar da sua génese: as características temáticas e dicursivas das cantigas de amigo galaico-portuguesas chegaram a contribuir para a definição tanto das raízes da literatura portuguesa em geral, como da própria identidade nacional, o que aconteceria também com a voz portuguesíssima de Soror Mariana, cuja criação é hoje em dia quase universalmente atribuída a um autor não apenas masculino mas também estrangeiro (Gabriel-Joseph Lavergne de Guilleragues). Quanto à produção lírica e à persona poética de Violante de Cysneiros (heterónimo de Armando Côrtes-Rodrigues), estas inscreveram-se numa experiência artística colectiva de importância decisiva para a formulação da modernidade literária portuguesa que foi a publicação, em 1915, dos dois números da revista *Orpheu*.¹⁰

10

Para uma análise aprofundada do fenómeno Violante de Cysneiros e da sua

Esta presença destacada das vozes disfarçadamente “femininas” em alguns espaços textuais que foram cruciais para a autodeterminação identitária da cultura literária nacional tem um peso simbólico difícil de sobreestimar, mesmo —ou especialmente— se a colocarmos em confronto com o estatuto efectivamente verificável do protagonismo cultural das mulheres na história portuguesa.

Se uma das dificuldades principais que tal quadro de referência representa para uma hipótese da intervenção histórico-literária feminista se encontra sintomaticamente reflectida nos comentários acima citados de Isabel Allegro de Magalhães e Maria Graciete Besse sobre as cantigas de amigo, nos quais a sedução da utopia paritária se sobrepõe à vigilância crítica, as oportunidades nele inerentes têm estado a ser realizadas, a meu ver, sobretudo na dimensão histórica, e inclusivamente histórico-literária, dos textos narrativos, poéticos e dramáticos abundantemente produzidos, ao longo dos últimos cem anos, por escritoras portuguesas. (A flexibilidade genológica das *Novas Cartas Portuguesas*, com o seu apagamento programático das fronteiras entre a escrita literária e crítica, deve ser evocada neste contexto como mais um contributo metodológico importante da obra das “três Marias”.) Dadas as limitações de espaço a que este breve ensaio obedece, mencionarei apenas um único exemplo: a obra poética de Adília Lopes, em cuja ampla órbita intertextual se misturam e interagem de muitas e profícuas maneiras textos, autoras, autores, épocas, discursos e personagens da história literária portuguesa e ocidental, um *perpetuum mobile* significante posto em movimento desde a epígrafe do seu primeiro livro de poesia, *Um jogo bastante perigoso* (1985), que foi uma citação de *Menina e Moça* («e mais, pois é conto de mulher, não pode deixar de ser triste»). Como salienta Elfriede Engelmeyer no seu posfácio à *Obra* de Adília Lopes, a propósito de outra intervenção proemial da autora, «com as duas epígrafes que antecedem esta edição das suas obras completas, citações de Sophia de Mello Breyner Andresen e Agustina Bessa-Luís, Adília Lopes assume a tradição da literatura de mulheres em Portugal. (...) Como ela própria acentua, o

relação para com a questão da autoria feminina na época de *Orpheu* ver Anna Klobucka, “A mulher que nunca foi: para um retrato bio-gráfico de Violante de Cysneiros.” *Colóquio/Letras* 117/118 (1990), 103-14.

facto de na sua língua materna existir uma linhagem de textos escritos por mulheres foi determinante para a sua própria produção literária» (Engelmeyer, 2000: 470). Penso que este programa poético – juntamente com muitos outros casos de compromisso intertextual marcados pela atenção que dedicam ao género sexual, protagonizados por autoras e autores portugueses, que poderiam ser aqui evocados– merece ser lido e explorado como um discurso complexo e sério (não menos sério por ser, muitas vezes, satírico) sobre a tradição literária e cultural das mulheres portuguesas, tradição que, para Adília Lopes, engloba tanto as elevadas linhagens do parentesco poético desta auto-nomeada “freira poetisa barroca” (Engelmeyer, 2000, 339) como os desastres das meninas exemplares da Condessa de Ségur, para mencionar apenas uma das suas referências recorrentes. Em poemas como “A coleção Barbara Azul” (2000:129), “Uma afirmação de Pessoa sobre Milton” (2000 145), “Patronymica Romanica” (2000, 339) ou “Emily Dickinson/S. João da Cruz” (2000: 383) Adília Lopes escreve uma herstory literária, história esta sempre descontínua e problematizante, frequentemente transnacional, assumidamente arrojada na ênfase nada discreta que coloca no género sexual enquanto um factor centralmente relevante nos jogos de poder de autoria e autoridade cultural. Aprendermos a conjugar esta e outras herstories de forma atenta e imaginativa com outros discursos histórico-literários global e localmente disponíveis poderá render resultados muito produtivos para o campo da teoria e crítica luso-feministas.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Graça. “Des-aprendendo para dizer: políticas, escritas e poéticas de mulheres portuguesas do século XX” (manuscrito). Tradução alemã: “Verlernen um zu sprechen: Politik und Poetik portugiesische Frauen im 20. Jahrhundert.” Henry Thorau, org. *Portugiesische Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. 204-235.
- BARROS, Thereza Leitão de. *Escritoras de Portugal*. Vol. I-II. Lisboa: s.e., 1924.
- BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. New York: Schocken Books, 1969.
- BESSE, Maria Graciete. *Percursos no feminino*. Lisboa: Ulmeiro, 2001.
- EDFELDT, Chatarina. *Uma história na História. Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2006.
- ENGELMEYER, Elfriede. “Posfácio”. Adília Lopes, *Obra*. Lisboa: Mariposa Azul, 2000. 469-72.
- ERKKILA, Betsy. *The Wicked Sisters: Women Poets, Literary History & Discord*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

- FERREIRA, Ana Paula. "Para uma história-mulher: *Ora esguardae*, de Olga Gonçalves". *Luso-Brazilian Review* 26:2 (1989), 11-23.
- GREENBLATT, Stephen. "Racial Memory and Literary History". Linda Hutcheon e Mario J. Valdés (orgs.), *Rethinking Literary History*. Oxford: Oxford University Press, 2002. 50-62.
- HUTCHEON, Linda. "Rethinking the National Model". Linda Hutcheon e Mario J. Valdés (orgs.), *Rethinking Literary History*. Oxford: Oxford University Press, 2002. 3-49.
- KLOBUCKA, Anna. *Mariana Alcoforado: Formação de um Mito Cultural*. Lisboa: IN-CM, 2006.
- LOPES, Adília. *Obra*. Lisboa: Mariposa Azul, 2000.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O Tempo das Mulheres. A Dimensão Temporal na Escrita Feminina Contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- MILLER, Nancy K. *Subject to Change. Reading Feminist Writing*. New York: Columbia University Press, 1988.
- OWEN, Hilary. "'Um quarto que seja seu': The Quest for Camões's Sister." *Portuguese Studies* 11 (1995), 179-91.
- PERKINS, David. *Is Literary History Possible?* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. "Le nipoti di Mariana. Note sulla letteratura femminile in Portogallo". *Gli abbracci ferito: poetesse portoghese di oggi*. A cura di Adelina Aletti. Milano: Feltrinelli, 1980.
- SARAIVA, António José, e Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. 17.^a ed. Porto: Porto Editora, 1996.

